



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ATA - REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA

Data/Hora	19/2/2026 / 13h30
Local	Híbrida (Presencial e on-line via videoconferência)
Responsável pelo material de apoio	Coordenadoria de Planejamento e Governança
Facilitador	Secretaria de Planejamento Estratégico e de Eleições
Participantes	Comitê Gestor da Estratégia - CoGEst

Pauta

Resultados dos indicadores do Planejamento Estratégico de 2025

Resultados dos projetos estratégicos atualizados em de 31 de dezembro 2025

Relato

O Diretor-Geral, André Luiz Pavim, deu início aos trabalhos e passou a palavra ao Secretário de Planejamento Estratégico e de Eleições substituto e Coordenador de Planejamento e Governança, Luís Felipe de Oliveira Reis, que explicou, resumidamente, como seria apresentação dos resultados dos indicadores do Planejamento Estratégico referentes a 2025.

Luís Felipe informou que os itens da pauta seriam apresentados em conjunto e segmentados por macrodesafio. Acrescentou que todos os indicadores foram comparados às suas metas e, com relação àqueles que tiveram alertas emitidos à luz do Sistema Integrado de Planejamento, instituído pela Portaria TRE-SP nº 143/2021, haveria a necessidade de se avaliar a execução de um plano de ação caso a média dos percentuais de atingimento das metas dos indicadores de resultado fosse inferior a 70%.

Concluídas as considerações preliminares, passou-se ao primeiro macrodesafio, Garantia dos Direitos Fundamentais.



RESULTADO DO MACRODESAFIO 1:

Garantia dos Direitos Fundamentais



Os resultados foram exibidos conforme apresentação que segue anexa a esta ata (doc. 7279667)

Luís Felipe destacou que, para esse macrodesafio, apenas um indicador de esforço (Índice de cumprimento dos planos de ação do diagnóstico de acessibilidade) recebeu alerta pela sistemática SIP instituída pela Portaria TRE-SP nº 143/2021. Destacou que dois indicadores relacionados ao índice de acessibilidade (cartórios eleitorais e secretaria) não foram mensurados, uma vez que o diagnóstico de acessibilidade será feito após a divulgação da política de acessibilidade nos órgãos do Judiciário.

Em relação ao indicador para o tratamento de demandas de assédio moral, sexual e outras discriminações verificou-se que 10 demandas foram tratadas de um total de 12 que precisavam de tratamento, resultando em 93% de atingimento, não havendo emissão de alerta pela sistemática SIP e não necessitando de plano de ação. O indicador de Inclusão de Municípios superou largamente a meta, atingindo 52% dos municípios sem cartório eleitoral, devido ao projeto Parceria Cidadã e aos pontos de inclusão digital.

Destaca-se que o número de visitas a comunidades tradicionais no contexto do programa de inclusão política eleitoral atingiu 14 visitas, superando a meta de 10. O Índice de Cumprimento dos Planos de Ação do Diagnóstico de Acessibilidade apresentou resultado zero porque o diagnóstico de autoavaliação não foi realizado, mas será retomado em março de 2027.

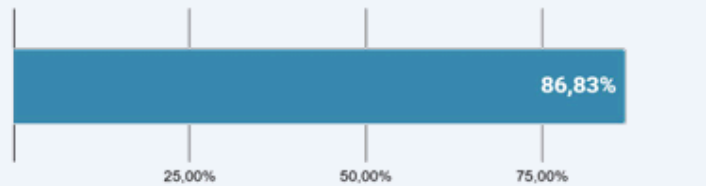
Além disso, o projeto Programa de Inclusão Político Eleitoral obteve 38% das suas atividades cumpridas, o que estava dentro do esperado, e não apresenta atrasos, visto que a previsão de término é 2030. Este projeto mede a proporção de atividades realizadas em relação ao total, sendo fixado por etapas no tempo.

Passou-se, então, ao macrodesafio 2, Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade.



RESULTADO DO MACRODESAFIO 2:

Fortalecimento da relação Institucional do Judiciário com a sociedade



O segundo macrodesafio, focado no fortalecimento da relação institucional com a sociedade, possui objetivos estratégicos relacionados ao relacionamento com atores e parceiros e à satisfação dos usuários do Tribunal. O indicador de alcance das publicações do site do Tribunal não atingiu a meta, que foi superestimada em 2025, por ter sido a primeira vez estabelecida e baseada no ano eleitoral de 2024. Alessandra Kormann, Secretária de Comunicação Social substituta, explicou que a meta será readequada para 2026.

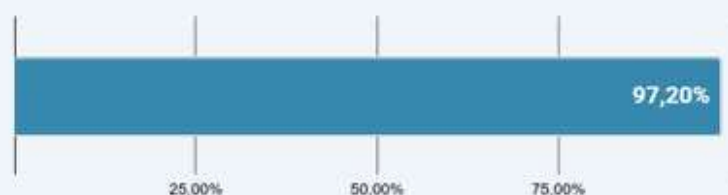
O projeto de implantação do chatbot foi concluído em 2 de dezembro, com 100% de atividades entregues. No segundo objetivo estratégico, focado na satisfação dos usuários, os indicadores de satisfação (que medem pesquisas de opinião) mostraram alta satisfação: no primeiro grau e segundo grau, a meta foi superada. Os usuários externos de TIC atingiram 93,50% de satisfação (meta: 95%), e a Central de Atendimento ao Eleitor também apresentou satisfação elevada, similar ao atendimento prestado por servidores.

Não havendo outras questões relativas aos indicadores ou projetos, Luís Felipe passou à apresentação do macrodesafio 3, Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.



RESULTADO DO MACRODESAFIO 3:

Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional



Os 11 indicadores de desempenho relacionados ao macrodesafio foram apresentados. Luís Felipe destacou o indicador 3.1.2.2 – Índice de exame de prestações de contas eleitorais – competência recursal, que teve desempenho abaixo do esperado (23,98% analisados contra 50% esperados), informando que já há plano de ação em execução com vistas ao atingimento de sua meta.

Não havendo comentários, passou-se ao macrodesafio 4, Enfrentamento à Corrupção, Improbidade Administrativa e Ilícitos Eleitorais.



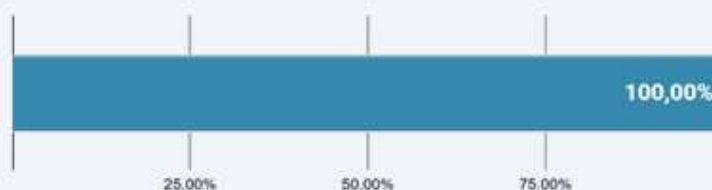
Para este macrodesafio, o índice de prescrição em primeiro grau ficou em 0%, atingindo a meta, mas foi trazido para discussão em virtude de o número de processos prescritos (ainda que não refletindo em aumento percentual significativo) estar em movimento crescente, podendo, no futuro, revelar o não cumprimento do indicador. Em virtude de tal apontamento, houve uma breve discussão acerca de futura reavaliação da meta, havendo-se concluído que tal possibilidade será levantada por ocasião da elaboração do novo Plano Estratégico Institucional, a ocorrer durante o presente ano.

Concluído o item, Luís Felipe apresentou o macrodesafio 5, Promoção da Sustentabilidade, com os respectivos resultados e projetos.



RESULTADO DO MACRODESAFIO 5:

Promoção da Sustentabilidade



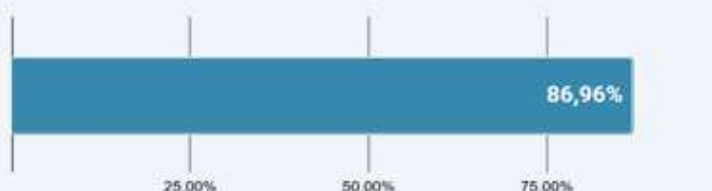
Esse macrodesafio também apresentou uma evolução positiva. Sobre os projetos estratégicos, encontram-se sobretados o Plano de Compensação Ambiental, com 2/3 das entregas concluídas, o Programa Transformação, enquanto a COAIS e a SAM buscam convênios para fornecimento de mão de obra para contratos que preveem reserva de vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade, e o projeto de Adesão do TRE ao Pacto Global da ONU, aguardando o retorno da ONU.

Em seguida, os resultados e projetos referentes ao macrodesafio 6, Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária, foram apresentados.



RESULTADO DO MACRODESAFIO 6:

Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária



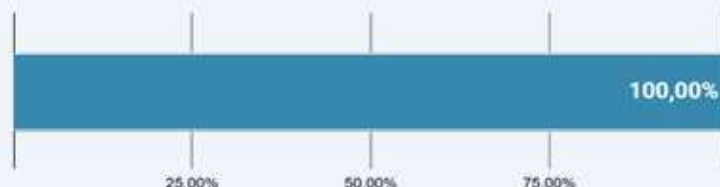
Luís Felipe destacou que o indicador de resultado Índice de Maturidade em Gestão de Riscos, baseado no questionário do TCU, não atingiu o nível desejado, necessitando de mais oficinas e formalizações. Já o Índice de Qualidade em Governança Pública, baseado no Prêmio CNJ de Qualidade, teve um plano de ação concluído com sucesso na medição anterior, demonstrando o retorno do indicador após tratamento.

Em seguida, os resultados e projetos referentes ao macrodesafio 7, Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas, foram apresentados.



RESULTADO DO MACRODESAFIO 7:

Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

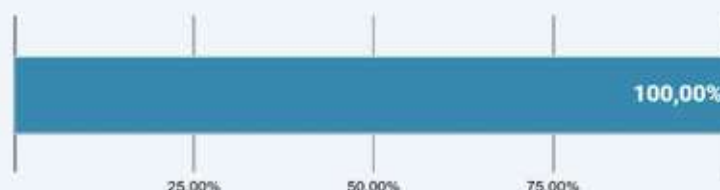


Não havendo comentários, os resultados referentes ao macrodesafio 8, Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira, foram apresentados em seguida.



RESULTADO DO MACRODESAFIO 8:

Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira



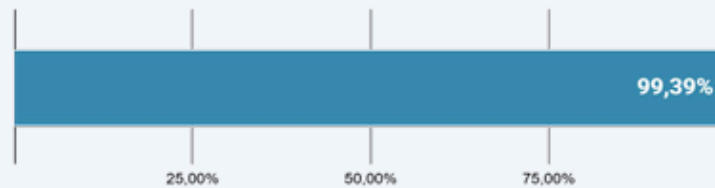
Sobre esse macrodesafio houve um debate sobre o indicador de dotação para despesas obrigatórias, com o objetivo de se ter mais liberdade orçamentária e de se manter o percentual de despesas obrigatórias em, no máximo, 93%. Simone Alcides do Nascimento, chefe da Seção de Planejamento Institucional, anotou a necessidade de alterar formalmente o indicador no próximo ciclo, a fim de que o previsto pela dotação inicial na LOA, dividido pelo total, não ultrapasse 93%.

Para finalizar a reunião, foram apresentados os resultados e projetos relacionados ao macrodesafio 9, Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.



RESULTADO DO MACRODESAFIO 9:

Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados



Concluída a apresentação, André agradeceu a Luís Felipe e a presença de todas e todos, destacando o elevado índice de maturidade do Tribunal no tema Planejamento Estratégico, e, em seguida, declarou encerrada a reunião.

O arquivo anexo com a apresentação integral dos pontos submetidos ao Comitê Gestor da Estratégia para deliberação fica sendo parte integrante desta ata.

Presentes:

André Luiz Pavim - Diretor-Geral da Secretaria

Alessandro Dintof - Secretário de Administração de Material

Priscilla Carmo Lima Rico Madureira - Secretária da Corregedoria substituta

Carlos Yukio Fujimoto - Secretário de Orçamento e Finanças

Daniel Forlivesi - Secretário de Tecnologia da Informação

Denise Lira de Campos - Secretária da Presidência

Lívia Helena Zancopé Cardoso Guiselini – Secretária de Gestão da Informação e Documental

Maria Gabriela Micucci Pires - Secretária da Judiciária substituta

Paula Helena Batista Silva - Secretária de Gestão de Pessoas

José Luiz Simião dos Santos – Secretário de Gestão de Serviços

Frederyk Chopin Arantes - Secretário de Auditoria Interna

Silvia Helena de Marchi - Assessora Jurídica Chefe

Alessandra Kormann - Secretária de Comunicação Social substituta

Luís Felipe de Oliveira Reis - Secretário de Planejamento Estratégico e de Eleições substituto

Simone Alcides do Nascimento – Chefe da Seção de Planejamento Institucional



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL FORLIVESI, SECRETÁRIO**, em 12/03/2026, às 13:05, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA GABRIELA MICUCCI PIRES, SECRETÁRIA SUBSTITUTA**, em 12/03/2026, às 13:08, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS YUKIO FUJIMOTO, SECRETÁRIO**, em 12/03/2026, às 13:36, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILLA CARMO LIMA RICO MADUREIRA, CHEFE DE GABINETE**, em 12/03/2026, às 14:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRA KORMANN, SECRETÁRIA SUBSTITUTA**, em 12/03/2026, às 17:08, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA HELENA DE MARCHI, ACESSORA-CHEFE**, em 12/03/2026, às 19:11, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FREDERYK CHOPIN ARANTES, SECRETÁRIO**, em 17/03/2026, às 13:15, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LÍVIA HELENA ZANCOPE CARDOSO GUISELINI, SECRETÁRIA**, em 17/03/2026, às 15:54, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUÍS FELIPE DE OLIVEIRA REIS, SECRETÁRIO SUBSTITUTO**, em 23/03/2026, às 13:34, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-sp.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **7279669** e o código CRC **2ADC10E3**.
